



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

# CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO  
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

## Pirâmide Social Quem é e o que pensa a nova classe média de SC

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br)

e clicando em **IMPRENSA**

Acompanhem também o site do governo: [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)

**Data: 30/8/10**



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 30/8/11
Assunto: Pirâmide Social		Página: 4 e 5

# PIRÂMIDE SOCIAL

## Quem é e o que pensa a nova classe média de SC

Catarinense sonha com o carro zero e a educação dos filhos, mas ainda tem como principal gasto a alimentação da família

FELIPE PEREIRA

A classe C está na moda. Governo, pesquisadores e empresas tentam entender como se comporta e, principalmente, o que deseja a nova classe média brasileira, que viu a sua renda crescer 8% ao ano desde 2005.

Para ajudar na tarefa, a Fecomércio-SC divulga, hoje, um estudo sobre o Estado, que possui a maior parcela da população (64%, segundo a FGV) dentro desta faixa da pirâmide social.

Os dados contidos nestas páginas são uma fotografia do cenário atual e uma fonte importante para projetar os próximos anos.

Eles resumem 3.626 entrevistas realizadas pelo Núcleo de Pesquisas da Fecomércio em Lages, Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma e Chapecó entre 6 e 22 de junho.

A pesquisa, que será debatida em evento, na Capital, revela, por exemplo, a forte procura por bens duráveis. Aparelhos eletrônicos de ponta, como GPS e TVs de tela fina, estão, agora, ao alcance da classe média. Os itens supermercado e alimentação ainda são o principal gasto das famílias deste segmento, em parte por causa da inflação em alta. Mas a lista de sonhos de consumo da Classe C catarinense inclui educação e viagens ou lazer. Só ficam atrás do carro zero, maior objeto de desejo.

Estas famílias apresentam uma estrutura tradicional, com pai e mãe em casa e o homem no papel de chefe do lar. O grau de instrução é ensino médio ou mais e 48% têm carteira assinada. E engana-se quem pensa que a ascensão social ocorreu por causa de benefícios do governo. A pesquisa revela que só 9% receberam ajuda na educação e apenas 3%

estão cadastrados nos programas assistenciais federais.

Saber como pensa a classe C será crucial para a estratégia e a sobrevivência de empresas. A tendência é que o consumo deste público assuma de vez o papel de principal motor da economia brasileira. Para o professor de Economia da Trevisan Escola de Negócios Alcides Leite, o movimento é muito bom porque é característica de países desenvolvidos ter uma classe média grande.

### Juros precisam ser menores

O professor acrescenta que, para tornar essa tendência uma realidade, será necessário cortar as taxas de juros praticadas no país, entre as maiores do mundo, evitando que o nível de endividamento das famílias saia do controle e comprometa o seu poder de compra – 90% dos lares catarinenses tinham algum tipo de dívida em agosto, e 9% admitiam não ter condições de pagá-las.

Leite afirma que, com este cuidado e maior taxa de investimento público e privado, a expansão da Classe C vai continuar. Esta combinação de

fatores levaria, segundo ele, a um aumento natural do PIB, o que poderia ocorrer daqui a quatro anos, se o governo fizer direito a lição de casa.

O Planalto promete lançar até o final deste ano um conjunto de medidas direcionada à nova classe média. Uma delas seria uma espécie de “bolsa do trabalhador”.

O cientista político Marco Antônio Teixeira ressalta que a preocupação também se explica pelo peso político que a classe C, 51% da população ou 94 milhões de brasileiros, terá na sucessão presidencial de 2014.

[felipe.pereira@diario.com.br](mailto:felipe.pereira@diario.com.br)





## CLIPPING

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Reportagem Especial	<b>Data:</b> 30/8/11
<b>Assunto:</b> Pirâmide Social		<b>Página:</b> 4 e 5

### Foco na educação

A educação está entre os itens mais procurados pela classe C (39%). E a principal demanda é por cursos de informática. Além disso, 35% pretendem estar estudando em 2014.

Renato Meirelles, sócio-diretor do Instituto Data Popular, especializado no segmento, explica que a nova classe média enxerga na educação uma maneira de ganhar qualidade de vida. Por buscarem ascensão social, o foco está nos ensinamentos técnico e profissionalizante. O professor Alcides Leite acrescenta que isso mostra a conscientização sobre a falta de mão de obra qualificada e a oportunidade existente.

### O computador já era

Foi-se o tempo que as pessoas passavam em frente às lojas e esticavam os olhos para a vitrina que mostrava um computador. Nem mesmo os laptops fazem o coração dos integrantes da classe C balançar. A pesquisa revela que 72% dos catarinenses da nova classe média não pensam em comprar um desses. Renato Meirelles, do Data Popular, afirma que o sonho do primeiro computador já foi riscado da lista de desejos. O professor Alcides Leite acrescenta que ocorreu a evolução natural do setor e que o futuro reserva oportunidade a produtos de maior tecnologia, como os tablets.

### Apelo das compras online

O preço é o principal atrativo às compras online. Hoje, 14% da classe C usa o computador, enquanto 12% preferem os shoppings. Para o professor Alcides Leite, neste caso, fala mais alto a lei do mínimo esforço. Ao invés de enfrentar trânsito e bater perna à procura do menor preço, tudo pode ser feito sentado. Além de ser mais cômodo, é mais rápido e barato.

A pesquisa ainda revela que, dos catarinenses que não compram pela internet, 60% consultam os preços nas lojas virtuais para ter base de comparação. As lojas de rua continuam com 74% de preferência na hora da compra.

### Otimismo com o futuro

Para 64% dos entrevistados, a situação financeira ficará melhor nos próximos anos. Renato Meirelles, do Instituto Data Popular, diz que o dado é muito positivo porque as pessoas otimistas têm maior intenção de consumo e mais impeto em investir na qualificação profissional. Outra consequência, é sentida entre aqueles com perfil empreendedor, que se sentem ainda mais motivados a abrir um negócio próprio.

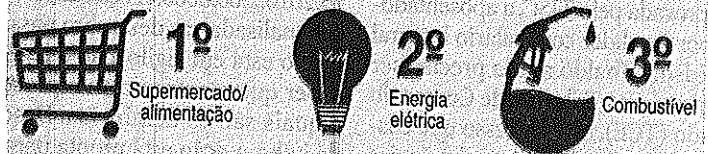
O professor de Economia da PUC-RJ José Márcio Camargo lembra que os aumentos salariais acima da inflação obtidos pela classe C reforçam a impressão que dias melhores virão.

### Um carro até 2014

O grande sonho de consumo de 43% da classe C catarinense é comprar um carro até 2014. E não significa que seja o primeiro, porque 73% das famílias já possuem um. No grupo dos que podem sentar ao volante e acelerar, 52% têm veículos quitados e 48% recorreram ao financiamento.

O grande apelo, explica o professor Alcides Leite, está em não depender de horário de ônibus e fugir da precariedade do transporte público. Isso sem falar no status em ter um carro na garagem. A consequência é que o item combustível é o terceiro maior gasto das famílias da classe C hoje.

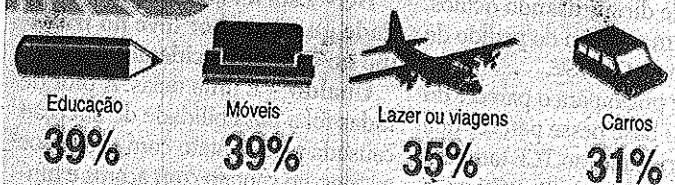
#### PRINCIPAIS GASTOS



Fonte: Fecomércio

Arte Fábio Nier

#### BENS MAIS PROCURADOS



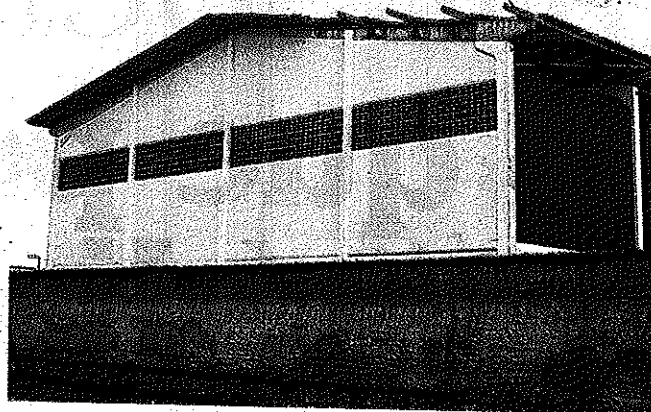
#### Para saber mais

- **Evento:** A Nova Classe Média Brasileira
- **Data:** hoje
- **Hora:** 10h
- **Local:** Rua Felipe Schimdt, 785
- **Convidado:** cientista político Bolívar Lamounier
- **Inscrições:** 3229-1016 ou [eventos@fecomerccio-sc.com.br](mailto:eventos@fecomerccio-sc.com.br)



### CLIPPING

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Visor</b>	<b>Data: 30/8/11</b>
<b>Assunto: Abandono em Tijucas</b>		<b>Página: 3</b>



GUSTAVO LEMOS SOUZA, ARQUIVO PESSOAL

## ABANDONO EM TIJUCAS

O leitor Gustavo Lemos Souza, morador de Tijucas, escreve para relatar que a comunidade pede, há mais de um ano, para o governo do Estado consertar o telhado do ginásio da Escola de Educação Básica Valério Gomes, danificado por um temporal. Cansaram de tantas tentativas sem nenhuma resposta. Cá entre nós, se uma simples manutenção exige toda esta mobilização da cidade, dá para esperar o que da educação?



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia (Joinville)	Editoria: Cidade	Data: 26/8/11
Assunto: Professores? Faltaram!		Página: 12

# Professores? Faltaram!

**Atestados. Alunos estão sendo dispensados  
das aulas por ausência de docentes**

**SANDRO GOMES**

[sandro@noticiasdodia.com.br](mailto:sandro@noticiasdodia.com.br)

SandroGomes\_ND

Se professor respondesse chamada, ontem seriam anotadas cinco faltas, somente na Escola Estadual Germano Timm, uma das mais tradicionais de Joinville, em que 40% dos 587 alunos são bailarinos do Ballet Bolschoi. Ciente de que os professores não compareceriam às salas de aula, a direção distribuiu “bilhetinhos” aos 28 alunos da sexta série no dia anterior, avisando que não precisariam ir ao colégio, pois haveria professor apenas para a última aula. A notícia desagradou aos pais, que reclamaram do problema, segundo eles, verificado desde o início do ano. A Gered (Gerência Regional de Educação) promete tomar providências.

A mãe de um aluno da turma

afirma que os estudantes sequer receberam o boletim do segundo bimestre, principalmente por conta da última greve, quando os professores ficaram parados mais de 60 dias. Em seu entendimento, após a paralisação seria hora de repor aulas e não de agravar o problema com mais faltas. Mas é justamente o que ocorre.

“O professor de matemática se ausentou por problemas de saúde e ninguém o substituiu. A substituta da professora de inglês falta quase todas as aulas. O mesmo acontece com a professora de educação física e o de geografia. Mandaram bilhete de que não haveria aula devido à ausência de professores. Isso prejudica os alunos. Acho uma irresponsabilidade da direção da escola e dos professores também. É uma escola tradicional, mas a qualidade na educação está prejudicada”, reclama a mãe.

## Problema noturno

Além da falta em massa na Germano Timm, outro problema afeta o período noturno da Escola Estadual Jorge Keller, no Jardim Iririú. Uma mãe reclama que há três semanas seu filho é dispensado bem antes das 22h30, quando as aulas deveriam encerrar.

Os alunos chegam a ser dispensados às 21h, por falta de professor. Numa única noite, quatro faltaram. “Eles apresentam atestado médico. Tem uma que está grávida e acha que gravidez é doença. Nem aparece na escola”, reclama a mãe.

A resposta da Gered segue a mesma linha do Germano Timm. Não há o que ser feito diante das faltas justificadas com atestados médicos. “A bem da verdade, sempre houve esse problema de falta. Mas no momento em que os professores perceberem que os pais estão preocupados com o futuro dos filhos, quem sabe a situação melhora”, espera Heliete.



## CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia (Joinville)	Editoria: Cidade	Data: 26/8/11
Assunto: Professores? Faltaram!		Página: 12

### Insatisfeitos com salários

“  
**Há os que faltam sem avisar. Isso prejudica o andamento do ensino, mas não temos como demitir.**

”  
**HELIETE STEINGRÄBER SILVA,**  
GERENTE REGIONAL DE EDUCAÇÃO

No entendimento da Gered, os professores não estariam plenamente “satisfeitos” com negociações salariais realizadas durante a última greve. Por isso estariam recorrendo às licenças-saúde. Conforme garante a lei, o professor pode ter até três faltas por mês. “É justificável, mediante atestado. Há os que faltam sem avisar. Isso prejudica o andamento do ensino, mas não temos como demitir”, salienta a gerente regional.

Mas existe o outro lado da moeda. A professora de educação física do Germano Timm que passa por tratamento contra o câncer e não consegue licença de 15 dias para tratamento quimioterápico. Até mesmo o diretor da escola não entende a razão. Com isso, a professora falta, mas não há como encaixar um professor substituto em seu lugar.

Segundo Heliete, por força de lei, a contratação de um professor substituto somente pode ser realizada quando ele consegue licença acima de 15 dias. “Se o professor tira dez dias, não podemos admitir outro em seu lugar. Nesse tempo, o diretor tem que recorrer à Gerência de Ensino e Tecnologia e à APP (Associação de Pais e Professores) para gerenciar esta falta. Os ACTs também não costumam aceitar vaga para trabalhar somente 15 dias”, alerta a gerente.

### Falta de comprometimento

A Gered reconhece a dificuldade, não apenas na escola em questão, mas de uma maneira generalizada. “Estamos com muitos problemas de professores faltando. Tem aqueles que estão comprometidos e outros descomprometidos. Mas graças a Deus, a maioria está comprometida”, disse ontem à tarde a gerente de educação, Heliete Steingraber Silva, enquanto recebia o diretor da escola, Carlos Castilho Wolff, para saber detalhes da situação.

O diretor relatou que dos professores que faltaram ontem, um tem licença saúde de um dia, outro

de quatro e ainda outro de três dias. Uma professora avisou que faltaria, pois passaria por quimioterapia, e outra sequer avisou que não iria à escola. Por conta das faltas avisadas, a turma precisou ser liberada das aulas. Ainda não se sabe de que forma as aulas serão repostas.

“Daqui para frente vamos fazer ata, para deixar a situação documentada. Se professor faltar muito, se há problema para alunos que precisam desse conhecimento, vamos estudar medidas mais sérias. Vamos tomar atitudes mais fortes”, avisa Heliete.

**Germano Timm.**  
Em um único dia, alunos ficaram sem aulas em cinco disciplinas por ausência de professores

Explicações.  
Wolff, diretor da Escola Germano Timm, esteve na Gered repassando os detalhes do problema



## CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia (Joinville)	Editoria: Brasil	Data: 26/8/11
Assunto: Fracos em leitura e em matemática		Página: 13

# Fracos em leitura e em matemática

**Avaliação. Exame realizado com seis mil alunos em todo o país mostra falhas no aprendizado**

**SÃO PAULO** – Os resultados da prova ABC (Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização), aplicada no primeiro semestre de 2011 a seis mil alunos que concluíram o 3º ano do ensino fundamental em todo o país, apontou que 43,9% não aprenderam o que era esperado em leitura e 57,2% estão defasados em matemática.

Os testes foram feitos em escolas municipais, estaduais e privadas de todas as capitais do país. O objetivo era aferir o nível de aprendizado das crianças após os três primeiros anos de estudo.

A avaliação foi aplicada pela ONG Todos Pela Educação em parceria com o Ibope, a Fundação Cesgranrio e o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas).

Os resultados foram apresentados nas escalas Saeb (Sistema de Avaliação da

Educação Básica) de leitura e matemática. Tiveram desempenho satisfatório os alunos com resultado superior a 175 pontos.

Em leitura, ao atingir pelo menos 175 pontos, o aluno consegue identificar temas de uma narrativa, localizar informações, identificar características de personagens em textos, além de perceber relações de causa e efeito contidas nestas narrativas.

Em matemática, no nível de 175 pontos, os alunos têm domínio da adição e da subtração e conseguem resolver problemas envolvendo notas e moedas.

A seleção dos alunos levou em conta a proporção das escolas de cada rede, nas capitais de todas as regiões do país. No total, 250 escolas participaram. Cada jovem respondeu a 20 itens (questões de múltipla escolha) de leitura ou de matemática.



### ONDE

Testes foram realizados em escolas públicas e privadas de todas as capitais.



## CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Sérgio da Costa Ramos	Data: 30/8/11
Assunto: Livro é proteína		Página: 41

# Livro é proteína

A 15ª Bienal Internacional do Livro abrirá suas portas depois de amanhã, no Rio, inaugurando organização própria de uma feira de cultura popular. Haverá facilidades de transporte, ônibus e vans gratuitos, aplicativos no iPhone e no iPad para que os visitantes não se percam na imensa área desse reino da leitura, que vigora do dia 1º ao dia 11 de setembro.

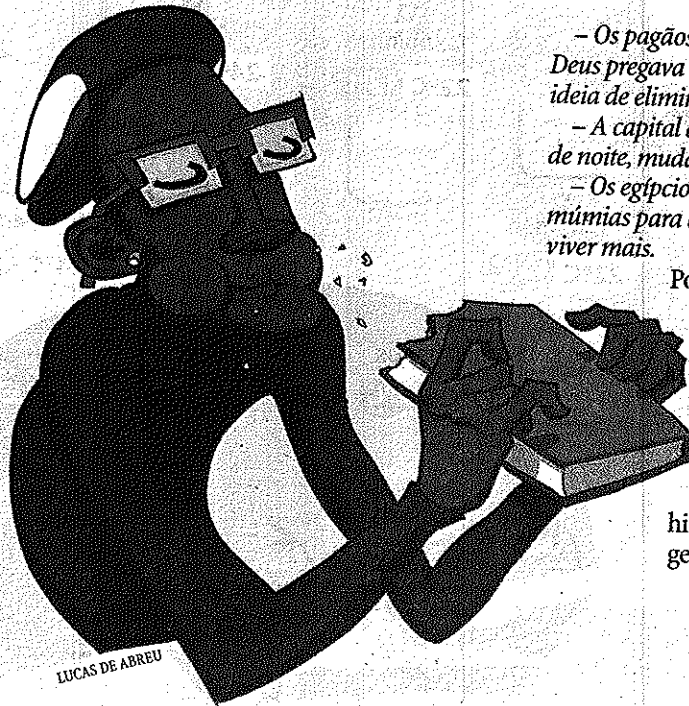
Ler. Haverá verbo mais importante? Uma feira do livro – e do tamanho da que se instala no Riocentro – é um acontecimento a ser comemorado. Falta ao livro um rosto popular e um preço que caiba na parca algibeira do freguês.

Eis um produto ainda caro para a bolsa do povo: o livro ainda é percebido como um bem "supérfluo" quando, na verdade, é um "ativo" essencial na formação do ser humano.

Por que não aliviar o livro e as editoras da carga tributária "proibitiva" que ainda incide sobre esse "professor de papel"? Se o Estado brasileiro renuncia a receitas originárias das montadoras de veículos, por que não renunciar aos excessos fiscais cobrados das "montadoras de cultura"?

Difícil é convencer a garotada do obsessivo apelo cibernético de sua excelência, o computador; ou de sua majestade, o joguinho eletrônico. Ou das chamadas "redes sociais", o Twitter e o Facebook, que estimulam o "português telegráfico", mais conhecido como "internetês". Nada contra as "redes", elas estão até ajudando a divulgar a feira. Mas não custa nada desafiar um jovem a dividir a internet com um livro tradicional. Esta boa mistura está destinada a construir a base educacional do século 21.

Na era da interação tevê-informática, ler um livro pode parecer um passatempo antediluviano. Mas não é. Crianças e



– Os pagãos não gostavam quando o seu Deus pregava a "doctrina" e, então, tiveram a ideia de eliminá-lo da face do céu.

– A capital da Argentina é Buenos Dias. E, de noite, muda o nome para Buenas Noches.

– Os egípcios desenvolveram a arte das múmias para que os seus mortos pudessem viver mais.

Por esses pântanos navegam os "enemigos" da boa e lógica redação, "operada" através de papel e caneta. Culpa dos jovens alunos? Culpa dos professores? Eis uma "culpa" impossível de ser individualizada. A culpa é histórica, estrutural e atravessa gerações. Há pouca esperança de uma completa

renascença, enquanto os governos não se conscientizarem da urgente

valorização da carreira do professor. Um mestre do ensino básico ganha nos EUA um piso de US\$ 2,5 mil (mais ou menos R\$ 4 mil), enquanto aqui nestes tristes trópicos...

Atrair um jovem para a leitura é um exercício de paciência. O primeiro passo é ler para eles textos curtos e interessantes. Usar como chamariz o texto bem-humorado da crônica, que é uma literatura "sem compromisso e sem gravata". Ou até um capítulo "de ação" do lendário *Crime e Castigo*, de Fiodor Dostoievski. Ou do épico *Guerra e Paz*, de Leon Tolstoi. Quem sabe um clássico bem-humorado, como *O Primo Basílio*, de Eça de Queirós?

É difícil, bem sei. Mas, cedo ou tarde, a juventude do mundo "cyber" descobrirá o significado daquela profecia de sir Francis Bacon (que não é um sanduíche, mas o filósofo inglês), segundo a qual "informação é poder".

Logo, por silogismo, "Ler é poder".

Sim, é preciso enxergar o livro como um "guarda-comida", uma reserva de boa proteína cerebral.

adolescentes precisam ser catequizados para essa "novidade". Um desafio e tanto, posto que a tendência geral é acreditar-se que "ler é chato". Inverdade cruel, que costuma se valer da simplificação do "não li e não gostei".

Ler é um saudável exercício de informação e de imaginação. Não deixa de ser uma forma diferente do leitor ligar a televisão que existe dentro do cérebro humano. Uma tevê colorida e cuja programação nunca se repete, pois o canal da imaginação é de uma novidade infinita.

Sem leitura ninguém saberia escrever. O fundo ("ideia") só se completa com a forma – mais o domínio da língua e da circunstância; a informação presente ou histórica. Sem esse conjunto de predicados, que só a leitura proporciona, poderá haver um autor de tolices, delírios e surrealismos sem qualquer virtude literária. Mas não haverá um escritor. O último "Enem" revelou aquelas habituais pérolas cômicas – se não fossem também trágicas, no que se aplica à boa educação:





CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 30/8/11
Assunto: Ensino Técnico		Página: 27

# ENSINO TÉCNICO

## Greve nos IF-SC deve ter mais adesão

A greve dos Institutos Federais de Santa Catarina (IF-SC) entra hoje no sexto dia, atingindo 10 dos 19 campi em funcionamento no Estado.

A paralisação ocorre também em três campi do Instituto Federal Catarinense (IFC): Araquari, Camboriú e Rio do Sul. O coordenador-geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profis-

sional e Tecnológica (Sinasefe), Paulo Henrique de Amorim, afirma que outros campi da IF-SC vêm se organizando para paralisar as atividades.

De acordo com ele, o movimento vem alcançando bons resultados. Ontem, o comando de greve, reitores do Instituto Federal de São Paulo e do IFC se reuniram com o ministro da Educação, em Brasília.

- Ele se comprometeu a atender questões que não são financeiras,

como a regulamentação da carreira docente. É uma vitória – diz Amorim.

Os técnicos administrativos e docentes dos institutos federais ainda não conseguiram um diálogo com o Ministério do Planejamento, que poderia atender às principais reivindicações da categoria, como reajuste salarial de 14,67% e reestruturação de carreiras no setor.

Para o reitor do IFC, Cláudio Adalberto Koller, a situação está complicada,

pois o aumento de investimento para os servidores deve estar previsto na proposta orçamentária de 2012, que será fixada até amanhã.

O IF-SC realiza mais uma assembleia amanhã, em Florianópolis. Como a adesão à greve nos institutos é variável, a orientação é que cada aluno se informe no próprio campus sobre a continuidade das aulas. O Ministério da Educação (MEC) não se pronuncia sobre o assunto.

### Situação nos campi

A adesão em Santa Catarina varia de acordo com a unidade:

#### ADESÃO PARCIAL

- Araranguá, Florianópolis, Contинente, Gaspar, Geraldo Werninghaus, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Palhoça e São José. Na Reitoria, alguns servidores também pararam as atividades.

#### ATIVIDADES NORMAIS

- Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Garopaba, Itajaí, São Miguel do Oeste, Urupema e Xanxerê.

Fonte: Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC)



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 30/8/11
Assunto: Seleção na UDESC		Página: 25

# SELEÇÃO NA UDESC

## Concurso para professor

A Udesc recebe inscrições, até a próxima sexta-feira, para o processo seletivo que irá contratar três professores substitutos, em caráter temporário, pelo prazo máximo de quatro anos, na falta de um professor efetivo.

São duas vagas para o Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (Esag), na Capital, para as áreas de Contabilidade Públi-

ca e Metodologia de Planejamento e Avaliação em Serviços. A outra vaga é para Genética e Melhoramento Animal no Centro de Educação Superior do Oeste (CEO), em Chapecó.

As inscrições para a Esag, em Florianópolis, devem ser feitas na Avenida Madre Benvenuta, 2003, no Bairro Itacorubi, das 11h às 15h. Em Chapecó, o local é a Rua Benjamin Constant, 84 E, no Centro, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

As provas serão aplicadas de 12 a 14 de setembro. O processo seletivo terá avaliação de títulos e prova de conhecimentos (escrita e didática).

O edital está disponível no site da Udesc ([www.udesc.br](http://www.udesc.br)). O site também tem informações de outros concursos, que vai selecionar 32 professores efetivos em seis centros da universidade. Os interessados devem realizar as inscrições nos centros que ofertam as vagas.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 30/8/11
Assunto: Escola de Joinville		Página: 26

# ESCOLAS DE JOINVILLE

## Alunos têm óculos de graça

Joinville

Alunos da rede pública municipal de Joinville estão passando por avaliações oftalmológicas, e aqueles que apresentam algum problema visual e que não têm condições financeiras para o tratamento recebem consulta e até óculos gratuitamente.

O Programa de Acuidade Visual – parceria entre as secretarias municipais de Educação e de Saúde – examina 50 crianças, em média, por mês. Este ano, 48 alunos já receberam os óculos.

Mas para ter acesso ao benefício existem critérios. A direção de cada escola faz uma avaliação das condições socioeconômicas das famílias.

– São priorizadas famílias que já estão cadastradas em outros programas de assistência, como o Bolsa Fa-

VIVIANE DOS SANTOS

Professora do aluno Érik

“  
Na contação de história, ele precisava se aproximar muito do livro para ver as figuras, e isso também despertou a minha atenção.

mília, porque vivem em comprovada situação de vulnerabilidade social – explica a supervisora dos programas de saúde da Secretaria de Educação, Aliana Reinert.

No início do ano letivo, os 61 mil alunos de 88 escolas municipais e 57 centros de educação infantil (CEI) passam pela triagem.

– Como a demanda é grande, o grau de comprometimento visual também é levado em consideração e

problemas mais severos têm prioridade de atendimento – diz Aliana.

**Quedas e esbarrões chamaram a atenção**

Érik Felipe Silveira, dois anos, aluno do CEI Ciranda Cirandinha, no Jardim Iriirú, foi um dos beneficiados pelo programa, que possibilitou a identificação precoce do estrabismo de três graus de hipermetropia.

– A gente percebia que ele caía muito, esbarrava nas coisas – conta a avó do menino, Sônia da Silva.

– Na contação de história, ele precisava se aproximar muito do livro para ver as figuras, e isso também despertou a minha atenção – diz a professora dele, Viviane dos Santos.

Em menos de dois meses, Érik passou pela consulta e recebeu os óculos.

– Ele está mais atento e passou a gostar mais dos livros – diz a avó.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Brasil	<b>Data:</b> 29/8/11
<b>Assunto:</b> <b>Comissões na Câmara debatem medidas de valorização dos professores</b>		<b>Página:</b> online

#### **Comissões da Câmara debatem medidas de valorização dos professores**

Nesta quarta-feira (31), a Comissão de Educação e Cultura irá se juntar à comissão especial destinada a analisar a proposta do governo que cria o Plano Nacional de Educação (PNE – PL8035/10) para debater medidas de valorização dos professores.

Hoje, por lei, os professores da educação básica devem receber pelo menos R\$ 1.187,97 mensais. Mas, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), boa parte dos estados e municípios não cumpre esse piso. O PNE prevê a aproximação do salário do professor ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Segundo a Agência Câmara, a lei que trata do piso dos professores foi publicada em 2008 (Lei 11.738), porém uma brecha na norma permitia que os entes incluíssem no valor eventuais vantagens ou gratificações pagas aos docentes. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de maio deste ano pôs fim à questão e definiu que os R\$ 1.187,97 referem-se apenas ao vencimento básico, sem acréscimos. Mesmo assim, conforme a CNTE, o valor não está sendo cumprido. A confederação estima que professores de pelo menos 19 estados mais o Distrito Federal fizeram greve neste ano para pressionar pelo pagamento do piso.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Brasil	<b>Data:</b> 29/8/11
<b>Assunto:</b> Médico que se formou com crédito do Fies poderá abater dívida com trabalho em municípios pobres		<b>Página:</b> online

#### **Médico que se formou com crédito do Fies poderá abater dívida com trabalho em municípios pobres**

O Ministério da Saúde divulgou no último dia 26 a lista dos mais de 2 mil municípios em que médicos que tiveram a faculdade custeada por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) poderão trabalhar para abater a dívida.

De acordo com a Agência Brasil, o governo federal selecionou cidades em que parte significativa da população é pobre, vive no campo e é beneficiária do Programa Bolsa Família. Nesses locais, há carência de profissionais de saúde. Do total, 1.650 municípios ficam na Região Nordeste.

O médico que optar por trabalhar em um dos municípios terá direito de abater 1% da dívida do Fies, após um ano de serviço prestado. O profissional poderá quitar toda a dívida em aproximadamente oito anos, inclusive os juros.

As especialidades médicas escolhidas são: anesthesiologia, cancerologia, cirurgia geral, clínica médica, geriatria, ginecologia e obstetrícia, medicina de família e comunidade, medicina intensiva, medicina preventiva e social, neurocirurgia, patologia, pediatria e psiquiatria.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Brasil	<b>Data:</b> 29/8/11
<b>Assunto:</b> Médico que se formou com crédito do Fies poderá abater dívida com trabalho em municípios pobres		<b>Página:</b> online

#### **Médico que se formou com crédito do Fies poderá abater dívida com trabalho em municípios pobres**

O Ministério da Saúde divulgou no último dia 26 a lista dos mais de 2 mil municípios em que médicos que tiveram a faculdade custeada por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) poderão trabalhar para abater a dívida.

De acordo com a Agência Brasil, o governo federal selecionou cidades em que parte significativa da população é pobre, vive no campo e é beneficiária do Programa Bolsa Família. Nesses locais, há carência de profissionais de saúde. Do total, 1.650 municípios ficam na Região Nordeste.

O médico que optar por trabalhar em um dos municípios terá direito de abater 1% da dívida do Fies, após um ano de serviço prestado. O profissional poderá quitar toda a dívida em aproximadamente oito anos, inclusive os juros.

As especialidades médicas escolhidas são: anesthesiologia, cancerologia, cirurgia geral, clínica médica, geriatria, ginecologia e obstetrícia, medicina de família e comunidade, medicina intensiva, medicina preventiva e social, neurocirurgia, patologia, pediatria e psiquiatria.

## Clipping

**CNTE**

### A virada na formação

- ▷ Data: 27/08/2011
- ▷ Veículo: REVISTA EDUCAÇÃO
- ▷ Editoria: EDIÇÃO 172
- ▷ Assunto principal: CNTE  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O Brasil forma, atualmente, mais professores para a educação infantil e para o fundamental 1 pela via do Ensino a Distância (EAD) do que pela educação presencial. Dos 118.376 estudantes que concluíram essas habilitações em 2009, 65.354 (55%) graduaram-se por EAD, contra 52.842 (45%) egressos da educação presencial, de acordo com números do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Esse resultado é inédito e confirma uma tendência já evidenciada na série histórica iniciada em 2005. Daquele ano até 2009, a quantidade de concluintes pelo modelo presencial decresceu, ano a ano, com queda de quase 50% no período (de 103.626 para 52.842). Ao mesmo tempo, a quantidade de formados por EAD cresceu, aproximadamente, 464% (de 11.576 para 65.354). Também no que diz respeito à quantidade de docentes em exercício na Educação Básica que estavam matriculados em cursos de pedagogia, aqueles oriundos da formação a distância eram maioria em 2009, segundo dados do Ministério da Educação (MEC). Das 192.965 matrículas, 60% eram em EAD. Em outras licenciaturas, letras, matemática, história, a lógica se inverte. Porém, a diferença a favor do presencial varia caso a caso e, em muitos deles, é inexpressiva. Em números absolutos, o ensino presencial responde pela maioria dos docentes, mas em termos percentuais, ou seja, como tendência, EAD cresce mais. Entre 2000 e 2009, licenciaturas nesse segmento saíram de 1.682 matrículas para 427.730. No presencial, foram de 836.154 para 978.061. Expansão entre 2000 e 2004 e retração de 2005 a 2009. Outro dado relevante refere-se à evasão (ao analisar a quantidade das matrículas e o número de concluintes). Com base nos dados de 2009, em EAD, 20% dos matriculados se formaram (88.194). No presencial foram 19% (188.807). Os dados de formados se referem aos ingressantes de quatro anos antes. Universo pantanoso O fato de termos mais pedagogos e substancial quantidade de professores da Educação Básica graduados integralmente ou obtendo qualificação continuada, mestrado e doutorado a distância exige reflexão. Implica mensurar qual é o crescimento real desse ensino, especialmente, no tangente à licenciatura. Nem entidades civis nem o governo têm acompanhado com precisão essas modificações. Em termos de levantamento quantitativo educacional, relacionado aos docentes, as estatísticas não se consolidam numa instância única. Os estudantes do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são de responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. Demais alunos, oriundos do setor particular, assim como egressos dos sistemas estaduais do Ensino Superior, são contabilizados pelo Inep. Cada um dos níveis executivos governamentais tem maneiras distintas de realizar suas verificações com questionários próprios, softwares exclusivos (como a plataforma Paulo Freire) e necessidades particulares de averiguação da informação. O MEC oferece tais dados, mas não há uma

mensuração final dos resultados. A expansão em EAD requer, ainda, verificar quais medidas são adotadas para adequá-la às necessidades dos alunos brasileiros, particularmente, àqueles na graduação, período educacional composto, em tese, por jovens (entre 18 e 24 anos de idade), sem experiência prévia de trabalho, muitas vezes, com formação precária no ensino fundamental. Neste cenário, surgem algumas perguntas: A educação a distância garante uma boa formação pedagógica desses alunos? O país está apto a adotá-la maciçamente como maneira de suprir a carência de professores? E esse professor terá qualidade para educar? Colaboração O Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão independente, com funções consultivas junto ao MEC emite desde 2008 pareceres ao Ministério para investir em EAD, para combater o déficit docente. Neste ano, o CNE, por meio de uma comissão bicameral, revê as diretrizes da formação de professores em nível superior para atuação na Educação Básica. O trabalho realizado por reuniões mensais entre sete conselheiros das Câmaras de Ensino Básico e Superior tem previsão de término no final de 2011, quando se emitirá um parecer sobre o assunto. O MEC poderá homologá-lo até maio de 2012. A importância desse modelo de ensino, conferido pelo Conselho, é identificada em outra de suas ações, seu parecer para as novas Diretrizes Curriculares no Ensino Médio, proferido em abril último. Para Clélia Brandão, presidente da Comissão Bicameral do CNE, o desenvolvimento de EAD na formação dos docentes ou no sistema de ensino é estratégico. "O país precisa para isso de investimento e planejamento integrados entre União, estados e municípios." Quando questionada sobre o acompanhamento tanto do professor em sala de aula quanto em seu período de graduação ou especialização, a conselheira diz não haver ferramentas para medir de forma garantida a aprendizagem dos profissionais formados pela via do EAD. "A qualidade precisa ser acompanhada por pais, gestores públicos, pela sociedade", reforça. Ela lembra, porém, o fato de o Brasil ser federativo, com as secretarias de Educação tendo autonomia para avaliar o desempenho dos professores. "Não há como fazer uma determinação nacional daquilo que é específico de cada estado e município. Uma avaliação nacional nesse tema não sanaria deficiências", enfatiza. Daí, sua lembrança sobre a importância dos fóruns estaduais de educação. Na visão dela, locais mais indicados para o acompanhamento da oferta do ensino e qualidade profissional resultante dele. "Os fóruns são os espaços mais legítimos para começar a pensar no acompanhamento da qualidade profissional", garante. Ela reforça a importância de tais acompanhamentos não serem provas nacionais, e sim instrumentos para resguardar a educação como direito de todos, e a aprendizagem como direito social. Tudo isso tendo em vista diferenças regionais, metas e objetivos planejados. É desse trabalho de "colaboração" entre os entes federados que devem surgir os melhores instrumentos avaliativos. "Gestores universitários, professores, entre outros, precisam estar nesse processo", defende. Ainda neste ano, o CNE promoverá o Seminário para a Avaliação do Desempenho na Educação Básica. A data ainda não foi definida. A falta de supervisão sobre a qualidade do ensino oferecido aos professores foi um dos aspectos realçados por um estudo publicado pela Unesco em 2009. "Professores do Brasil: Impasses e desafios", coordenado por Bernardete Gatti, da Fundação Carlos Chagas, indicou a incapacidade do governo na fiscalização dos cursos, entre outras conclusões. Importação arriscada A via de simplesmente adaptar o que já existe em outros países não é uma solução recomendada para dar o pontapé inicial a esse tipo de fiscalização. Isso porque há vários fatores bastante distintos daqueles que



encontramos aqui. Na Finlândia, por exemplo, país que é referência mundial pela qualidade do sistema educacional, a formação docente é mais longa, com no mínimo cinco anos de duração. São atraídos à docência pela valorização profissional existente por lá. Por estatísticas do governo finlandês, a média inicial do salário do professor é de US\$ 2.111,00. "Em função desse tipo de diferença entre os países, acho difícil utilizar qualquer modelo aplicado em outros lugares. Isso é tentar comparar coisas incomparáveis", acredita Clélia. Para a atual secretária de Educação do Distrito Federal, Regina Vinhaes Gracindo, um modelo de avaliação possível para a questão da qualidade do professor baseia-se em três etapas: na verificação do credenciamento das instituições de ensino superior (locais de oferta dos cursos); nos concursos públicos (competências exigidas pelas secretarias de Educação); e no processo educativo das escolas. "De qualquer maneira, avaliação não deve ser planejada para a emissão de bônus. Não se trata de premiar ou castigar os avaliados, mas aprimorar o professor", reflete. No DF, há 28 mil professores no sistema educacional. Desses, mil não têm curso superior. Para modificar essa situação, foram desenvolvidos programas de capacitação para aprimorar as habilidades docentes. A secretária vê com ressalvas a expansão da EAD entre as licenciaturas. "É uma modalidade importante para a formação continuada, mas não para a inicial. Se possível, a primeira graduação deve ser presencial, seja qual for a licenciatura", diz. O modelo presencial é mais completo por possibilitar maior socialização, estimulando o processo cognitivo e a aprendizagem coletiva, relações menos intensas em EAD, pondera. Pesquisas sobre o perfil do estudante nas licenciaturas em EAD, no Brasil, são feitas, em grande parte, por universidades particulares ou por pós-graduandos dedicados ao tema. Porém, não há material de investigação acadêmica (ou do governo) conclusivo sobre o perfil desse aluno. Um dos fatores para isso é o crescimento recente da modalidade e o pouco tempo de prática em sala de aula dos formandos. Algumas características dos estudantes que aderem a ela, no entanto, são comuns entre os alunos de licenciaturas e aqueles de outras áreas. Dificuldades "No Brasil, EAD se impõe como necessidade, como ocorreu em muitos países", assegura João Carlos Teatini, diretor de Ensino a Distância da Capes. Essa "necessidade" fundamenta-se, entre outros aspectos, pela dimensão continental do território e pela carência financeira de grande parte da população. No âmbito das licenciaturas, Teatini indica a alta carga horária do professor em exercícios como elemento complicador para aperfeiçoamento em cursos presenciais. "Eles enfrentam dificuldades enormes de deslocamento. Não têm tempo para se qualificar. Essa realidade existe nas metrópoles ou cidades afastadas dos centros urbanos." Esse seria um dos "fortíssimos" motivos à aplicação de EAD no aprimoramento do docente. A Capes é a instância responsável pela UAB, iniciativa do governo federal de fomento à modalidade. Suas graduações, basicamente, destinam-se às licenciaturas, para capacitar o professor da Educação Básica, em municípios do interior sem oferta de educação superior pública. Outra ação do governo, o Parfor, está sob a alçada da Capes. Por isso, a posição de Teatini no órgão coloca-o no centro do debate sobre as licenciaturas. Ciente de seu papel, alerta: "Do ponto de vista cronológico, estamos 40 anos atrasados em política pública para EAD ao nos compararmos a outros países" (ver texto na página 32). Nesse hiato, ocorreu um crescimento desenfreado das instituições de ensino superior particulares. Dos atuais professores da Educação Básica, 75% são egressos dessas instituições. "Um dos esforços do governo é conscientizar instituições superiores públicas para se

voltarem às licenciaturas, como já fizeram no passado", enfatiza. Antes de apontar para um problema específico da modalidade a distância, Heleno Araújo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), introduz o tema com a ressalva de que os investimentos em educação são pequenos e que duplicá-los seria o primeiro passo para melhorar a formação. Lembra, ainda, a urgência de verificar como o governo deseja informatizar as escolas. "Muitas delas sofrem com falta de energia. Em vários casos, a rede elétrica não comporta o computador e, às vezes, por falta de segurança, o computador, lá instalado, é roubado. Estamos longe do uso da tecnologia na perspectiva como se coloca em EAD." Acesso remoto A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) também destaca a necessidade de observar aspectos de infraestrutura para que o ensino a distância possa cumprir seu papel. "Precisamos oferecer banda larga de qualidade nos estados", pondera Cleuza Repulho, presidente da Undime, para quem as dimensões continentais do Brasil favorecem a modalidade. Ao exemplificar seu argumento, ela lembra diálogo com representantes educacionais de Abaetetuba (PA), onde se leva, segundo relatos, 15 dias para visitar todas as escolas da área. "A dificuldade deles é imensa. Vamos desconsiderar esses alunos? Esses professores? Ou as universidades se disporão a ir até os lugares mais remotos?", pergunta. Apesar de dificuldades técnicas para utilização da internet, o Brasil é o quinto maior país do mundo em conexão à web. E mais: por projeções do Centro de Tecnologia da Fundação Getulio Vargas, até 2012 teremos um computador para cada dois habitantes. Atualmente, há 85 milhões de computadores em uso. A despeito de ainda serem incipientes os estudos sobre os egressos da formação a distância ou as métricas para avaliação desse graduado, resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) são utilizados por instituições e entidades defensoras do EAD para reafirmar a qualidade de ensino da modalidade. Em 2010, a maior nota do Enade, 80,3 pontos, foi alcançada por Antônio Edijalma Rocha Júnior, do curso a distância de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial, do Grupo Educacional Uninter. Bem acima da média geral do teste, 45 pontos. Outros levantamentos do Inep apontaram, também, que estudantes em EAD saíram-se melhor em sete de 13 áreas possíveis de comparação entre as modalidades, entre elas biologia, geografia e matemática. Ainda a título de comparação, o Inep analisou, em anos anteriores, o desempenho no Enade dos formandos em EAD e presencial em administração, matemática, pedagogia e serviço social. No geral, o resultado dos egressos da educação a distância foi 6,7 pontos superior ao dos alunos de cursos presenciais. Para o presidente do Instituto de Pesquisa e Administração da Educação (Ipaee), João Roberto Moreira Alves, os resultados do Enade são indicativos de qualidade do ensino, mas são incompletos. "Os alunos que fazem o exame precisariam ter mais comprometimento." Segundo ele, muitos se submetem ao exame apenas para cumprir uma obrigação, sem compromisso de ter um bom desempenho. Prática A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) é responsável pela supervisão dos cursos da modalidade a distância nas instituições superiores. Criada no início deste ano, absorveu atribuições que antes eram das secretarias de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), de Educação Superior (Sesu) e de Educação a Distância (SEED), essa extinta no começo do ano. Como os processos de regulação, supervisão e credenciamento das instituições em EAD são relativamente recentes, apenas três instituições foram descredenciadas pelo MEC por não atenderem às condições exigidas de ensino ou funcionamento. Até 2008, de acordo com a

Seres, o MEC se concentrou na regulação (credenciamento e autorização de cursos). A supervisão foi iniciada a partir de então, e as instituições supervisionadas foram aquelas com maior número de alunos ou com denúncias significativas. Ou seja, nestes três últimos anos passaram por supervisão 40 instituições. Foram assinados 18 termos de saneamento, ajustes na oferta do ensino e gestão da instituição. Foram fechados 3.800 polos de apoio presencial e extinguiram-se mais de 20 mil vagas de ingresso. Nessa discussão, Cezar Nunes, pesquisador da Fundação de Apoio à Faculdade de Educação da USP (Fafe), agrega outro ponto de reflexão: o fato de o país não ter estabelecido práticas de como os graduandos possam utilizar ferramentas tecnológicas para explorar o conteúdo educacional a ser ensinado nas licenciaturas em EAD. "Fazemos uma formação específica de professores, mas eles não trabalharão a distância. Estarão no presencial, porque assim é a nossa Educação Básica", pondera. A educação desenvolve diversas habilidades humanas como a colaboração, pensamento crítico, pesquisas. "Daí a tecnologia ser forte aliada para dinamizar o processo de aprendizagem. Mas essa prática precisa ser mostrada aos professores em sua formação", adverte.

## Clipping

**CNTE**

### O quebra-cabeça da avaliação

- Data: 27/08/2011
- Veículo: REVISTA EDUCAÇÃO
- Editoria: EDIÇÃO 172
- Jornalista(s): Beatriz Rey
- Assunto principal: ENSINO MÉDIO  
CNTE

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Há aproximadamente um ano o noticiário internacional registra manifestações incipientes contra avaliações externas, reproduzidas no meio educacional de diversos países. O panorama é sempre o mesmo: professores, indignados com o peso desse tipo de provas e preocupados com o mau uso feito com os resultados produzidos por elas (como o ranking), resolvem boicotá-las. Na Inglaterra, o boicote contra o Standart Assessment Test (SAT), prova aplicada nos anos finais do ensino fundamental, atingiu um quarto das escolas em maio de 2010. Um mês antes, docentes australianos optaram pelo mesmo tipo de protesto em relação ao Naplan, avaliação nacional. Nos EUA, além de movimentos organizados por pais e educadores nas universidades e na internet, estava programada para acontecer, no final de julho, em Washington DC, a marcha "Salvem nossas escolas". Uma das bandeiras era justamente o fim dos chamados "testes de alto impacto". Em outubro do ano passado, a onda de insatisfação com o peso das provas chegou ao meio acadêmico brasileiro. Presentes na 33ª reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), em Caxambu (MG), um grupo de educadores criou o "Movimento Contra Testes de Alto Impacto", chancelado por 82 educadores conhecidos no país e dois estrangeiros (Almerindo Afonso, de Portugal, e Juan Casassus, do Chile). O movimento pretende, em primeiro lugar, alertar pais, alunos, administradores e o próprio governo de que os chamados "testes de alto impacto" são imprecisos. Além disso, busca discutir a criação de um código de ética para a elaboração, aplicação e utilização dos dados obtidos por processos avaliativos. "Os testes devem ser usados para diagnóstico e para orientar a aprendizagem, não para fazer ranking de alunos e professores", diz Luiz Carlos de Freitas, da Faculdade de Educação da Unicamp e um dos coordenadores do movimento. O termo "testes de alto impacto" foi incorporado do inglês (high-stakes testing), expressão concebida na década de 80 no meio acadêmico norte-americano para designar avaliações externas que são atreladas a decisões que dizem respeito a alunos, professores e gestores. Em artigo sobre a história do termo (disponível no link [www.hepg.org/document/14/](http://www.hepg.org/document/14/)), os pesquisadores Sharon Nichols e David Berliner, respectivamente das universidades do Texas e do Arizona, afirmam que as provas que atrelam consequências de gestão educacional a seus resultados "são dramáticas e capazes de mudar vidas". Como o movimento é incipiente no Brasil, não há consenso sobre a quais avaliações locais o conceito se aplicaria. Ao serem tomados como medida única no processo avaliativo, os resultados desses testes podem definir políticas públicas, como a de bonificação por desempenho (já que os resultados são atrelados ao acréscimo de salário para docentes). Outra aplicação possível do termo é para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que passou a ser usado nos processos seletivos das universidades públicas federais. O próprio

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) usa outro termo para definir seus sistemas de testagem: "avaliações em larga escala". Antes da instituição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2007, os resultados da Prova Brasil e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) eram usados apenas para que as redes tivessem um diagnóstico de seus alunos. Depois do Ideb, os usos para as notas passaram a ser diversos - um deles é justamente a prática de fazer rankings. "Até então, quem iria se preocupar com a média da Prova Brasil por estado ou município? Passamos de baixo para alto impacto", afirma Francisco Soares, coordenador do Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que não assina o manifesto, mas concorda parcialmente com ele. "Sou contra usar o Ideb para classificar escolas porque o índice reproduz o nível socioeconômico das escolas em alto nível. Já sabemos que as escolas de periferia vão mal nas provas. Precisamos superar isso", alerta. Para os integrantes do movimento brasileiro, é justamente este o processo ao qual estão sendo submetidas as redes de ensino locais: a uma pressão para que façam uma medição única no processo avaliativo dos alunos, quando, na verdade, a qualidade de ensino é fruto de diversos fatores. "A recomendação dos especialistas é que cada aluno possa ser alvo de mais de uma medida, preferencialmente que captem áreas de desenvolvimento diferentes", explica Luiz Carlos de Freitas. É preciso levar em conta, por exemplo, o contexto socioeconômico do estudante. Ou a infraestrutura da própria escola que o atende. Nesse sentido, Freitas constata: não é possível deduzir que há boa qualidade de ensino só porque o aluno tem boa nota em português e matemática. Tampouco é cabível pagar bônus a professores a partir do nível de desempenho obtido por seus alunos. "Não se pode separar o efeito dos vários professores pelos quais os alunos passam, simultaneamente e entre anos. Um mau docente pode marcar o aluno por vários anos, não importando quão competente seja o professor do ano seguinte", explica. A afirmação encontra eco na edição de 2011 do Caderno de Resoluções da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Segundo o documento, a entidade endossa a visão de que "a avaliação deve ser processual, qualitativa e de caráter sistêmico e democrático", na contramão "das propostas gerenciais de meritocracia". Assim como em outros países, paralelamente ao que acontece no meio acadêmico, os sindicatos de professores também se manifestam contra os testes de alto impacto. Na Inglaterra, o boicote do Sindicato Nacional dos Professores ao SAT foi motivado, entre outros motivos, pela associação dos resultados da prova à prática de fazer rankings. Há vozes contra o movimento. O ex-presidente do Inep e professor de economia da USP Reynaldo Fernandes classifica a atitude de protesto contra as avaliações de "petulante". Para ele, nenhuma instituição pode ter o monopólio da interpretação dos resultados. Além disso, crê que o movimento estimula a não divulgação universal dos resultados. "Os estudos apontam que a divulgação de resultados melhora o desempenho dos alunos. Cada rede sabe com quem deve se comparar. Se você gosta de correr como hobby, não vai se colocar no mesmo patamar de quem é maratonista", analisa. Desvios significativos Como os resultados dos testes são usados para tomar decisões sobre a rotina escolar e da rede, podem vir acompanhados de um problema difícil de ser contornado: as fraudes. O caso mais recente e que explicita esse tipo de percalço aconteceu na rede de Atlanta, no estado norte-americano da Geórgia. Em julho, após dez meses de investigação, o governo estadual indiciou 100 funcionários de 12 escolas por "violação de protocolo". O relatório concluiu que as situações de cola (encontradas

em 44 das 56 escolas avaliadas) aconteceram de maneira generalizada pelo menos a partir de 2009, e que um ambiente de medo e intimidação dominava a rede de Atlanta. "As colas foram decorrentes da pressão para alcançar objetivos dentro de um sistema movido por números", diz o texto. O caso de Atlanta chama a atenção para uma crítica feita por Freitas em relação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): não há divulgação dos índices de confiabilidade dos testes aplicados. O desvio padrão das medidas obtidas a partir das provas não está disponível para os pesquisadores. Voltando ao que ocorreu em Atlanta, em 32 das 55 salas de aula da escola de ensino fundamental Connally Elementary, o desvio padrão ultrapassou o valor de 10. Segundo o relatório, um desvio padrão da ordem de 10 nos dados analisados aponta que "a probabilidade de que o aluno tenha mudado a resposta para a alternativa correta sem a intervenção de um adulto é de um em um trilhão". Em outras palavras: sem a cola, seria muito pouco provável que o aluno tivesse acertado as questões da prova. "Todas essas indicações da saúde da prova não são divulgadas no Brasil. É uma questão de polícia", aponta Freitas. Outro índice de confiabilidade passível de ser calculado é aquele que investiga o quanto a prova reflete os conteúdos aprendidos pelo aluno. "Especialistas no conteúdo da prova são convidados pelos governos para fazer esta análise. É feito um cálculo de concordância entre eles para cada ponto da matriz e dos itens da prova", explica. Esses valores não são divulgados para as provas aplicadas nos âmbitos federal e estadual. Transparência Pelos motivos apontados acima, o diálogo com o Inep é considerado pelos pesquisadores como complicado. "Sua estrutura é desorganizada, e o órgão foi colocado na dependência de fornecedores externos da indústria educacional de avaliação", diz Freitas, fazendo referência aos serviços de aplicação de prova, terceirizados pelo Inep. Uma prova da desorganização do órgão seria o fato de os boletins de desempenho da Prova Brasil de 2009 não terem chegado até agora às escolas. O Inep também não divulgou até o momento os microdados da Prova Brasil de 2009, informações que reúnem, entre outras, o perfil do alunado submetido à prova (idade, se foi a primeira vez que fez a prova, etc.) e as questões que foram acertadas. Com essas estatísticas em mãos, os pesquisadores podem investigar questões específicas da prova aplicada, e evidenciar quais são os gargalos de aprendizagem. Para Francisco Soares, da UFMG, o problema é mais sério: ainda há pouca informação sobre o que os níveis de proficiência dizem sobre o aluno. "Se a escola tem uma média de 250 na Prova Brasil, podemos ter alunos cuja nota foi 400 e outros 100. Além disso, sabemos que alunos com nota 100 "não aprenderam". Mas o que ele aprendeu nessa faixa?", indaga. Ao mesmo tempo, o pesquisador lembra que o país não pode deixar de avaliar o que os alunos sabem, porque esse processo de verificação faz parte do direito público de aprender. "O que precisamos não é deixar de registrar os resultados, mas dar um sentido pedagógico a eles. Tendo verificado se o aluno aprende, é preciso saber quem é ele", lembra. Da mesma forma, os integrantes do Movimento Contra os Testes de Alto Impacto não se dizem contra a avaliação em si, mas contra os usos que dela têm sido feitos. O que se torna mais preocupante neste momento é o fato de que analistas situados em locais diversos no espectro político estejam olhando com ressalvas a maneira como as avaliações têm sido utilizadas. As restrições são variadas, indo da crítica ao uso excessivo das provas de larga escala nas políticas públicas a restrições de ordem técnica. Indício de que é hora de colocar o que está sendo feito em perspectiva. Veja aqui a reportagem sobre o atraso no envio dos boletins de desempenho da Prova Brasil 2009. A

experiência de Vitória Caroline Falco R. Fernandes é coordenadora do Movimento Contra Testes de Alto Impacto no Espírito Santo. Há um ano participa da implantação do Sistema de Avaliação da Educação Pública Municipal de Vitória (Saemv), que tem como pressuposto a concepção de que a avaliação é um processo contínuo. Em artigo sobre o Saemv, Caroline explica que não "se trata de um processo de mensuração do rendimento escolar dos alunos, mas de uma análise conjugada de diferentes fatores intra e extraescolares". A qualidade do processo de ensino-aprendizagem é definida, portanto, por fatores como: insumos (recursos materiais e humanos), acesso e permanência (defasagem idade-série, reprovação/aprovação, evasão, entre outros), processos (pedagógicos e de gestão) e contexto socioeconômico (renda, grau de escolaridade, etnia etc.). Até o momento foram envolvidas 52 escolas de ensino fundamental no Saemv. Ainda incipiente, o sistema foi criado após a instituição do Programa de Avaliação da Educação Básica do Estado do Espírito Santo (Paeb) - o município de Vitória foi um dos dois a não aderir à proposta. "A legislação do Saemv proíbe a prática do ranking e da bonificação por desempenho", explica Caroline. Para ela, o Ideb não é usado de maneira correta na maioria dos municípios brasileiros, já que o índice acaba servindo apenas para inferir se a educação está boa ou não. Em relação ao movimento do qual participa, a pesquisadora considera que ele poderia ter desenvolvido ações concretas no decorrer deste ano. "Como os testes de alto impacto foram adotados por muitas redes no país, o movimento se torna importante. Precisamos concretizar as ações propostas na carta de intenções", diz.

## Clipping

**CNTE**

### De volta para a escola

- Data: 30/08/2011
- Veículo: O GLOBO
- Editoria: MEGAZINE
- Assunto principal: ENSINO MÉDIO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte A - A +

Lauro Neto » [lauro.neto@oglobo.com.br](mailto:lauro.neto@oglobo.com.br) e Leonardo Cazes [leonardo.cazes@oglobo.com.br](mailto:leonardo.cazes@oglobo.com.br)

Leo Madeira apresenta série "Nota 10", que estreia hoje no Canal Futura, mostrando como o Enem alterou o cotidiano dos colégios brasileiros

Divulgação/Mariana Vianna

Estadual Murilo Braga

Depois de sair da MTV, o ex-VJ Leo Madeira voltou para a escola. Por uma boa causa. O novo apresentador do Canal Futura estreia hoje a série "Nota 10", às 15h, mostrando o impacto do Enem no cotidiano escolar. Para entender esse misterioso universo, ele visitou colégios do Rio, Acre, Ceará e São Paulo, entrevistando alunos, seus pais, professores e diretores.

- Foi muito legal essa mudança. Sou apaixonado por educação, assim como por música. Não sabia nada sobre o Enem, mas pude entender a realidade do estudante brasileiro. Na minha época, o vestibular também era um bicho-papão. O programa quer desmistificar essa imagem e tem um caráter informativo e preparatório - explica Leo.

No primeiro dos cinco episódios, o apresentador conversa com a presidente do Inep, Malvina Tuttman, e com estudantes de escolas de diferentes regiões do país. Em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, Leo bateu um papo com Ana Daiane Marques, aluna do 3º ano do Colégio Estadual Professor Murilo Braga. Candidata a uma vaga em Medicina, ela falou da importância do Enem para realizar seu sonho.

- É a melhor chance para eu entrar numa faculdade federal e ter uma boa formação. Nos vestibulares antigos, era muito difícil para um aluno de escola pública conseguir passar. Com o Enem, tenho mais esperança. Enfermagem é a minha segunda opção, mas meu sonho é ser médica - diz a estudante de 17 anos.

Para o professor do Cefet-RJ e consultor da série, Carlos Artexes, o Enem já está transformando o ensino médio para melhor, ao deixar de lado a memorização, que era marca dos vestibulares tradicionais, e investir na capacidade de interpretação dos estudantes.

- O Enem valoriza a formação ao longo do ensino médio, a articulação entre as áreas. As escolas vão precisar se adaptar - acredita.



Artexes afirma que os problemas operacionais não abalaram o papel da avaliação como política pública. Mas reconhece que dois dias seguidos de prova são muito cansativos para os estudantes.

- O Enem ainda é uma prova muito pesada para o aluno. Com a realização de mais exames ao longo do ano, essa pressão vai ser relativizada, pois haverá mais oportunidades.

## Clipping

**CNTE**

### Chile e Brasil, dois fracassos

➤ Data: 30/08/2011  
➤ Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP  
➤ Editoria: MUNDO  
➤ Jornalista(s): CLÓVIS ROSSI  
➤ Assunto principal: ENSINO SUPERIOR

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

### CLÓVIS ROSSI

O que surpreende não é que chilenos ganhem a rua, mas que brasileiros só façam para pedir meia entrada

Poderia até funcionar como propaganda do ProUni brasileiro: em 20 anos, o número de estudantes universitários multiplicou-se por cinco, passando de 200 mil a 1 milhão. Melhor ainda: 70% dos universitários de hoje são filhos de pais que jamais tiveram acesso à universidade.

Mas não estamos falando do Brasil e, sim, do Chile. Aliás, os estudantes chilenos de 15 anos ficaram no primeiro lugar na América Latina, no mais recente exame internacional comparativo, o Pisa, conforme lembrou ontem, em "El País", o colunista Andrés Oppenheimer.

Esses números indicam que são ingratos os estudantes chilenos, que não saem das ruas há meses, reclamando educação pública gratuita e de qualidade? Não. Indicam duas coisas, a saber:

1 - O chileno, ao contrário do acomodado brasileiro, é um bicho afeito à mobilização desde sempre.

2 - O sistema educacional chileno nem é público nem é gratuito nem é de qualidade.

O Chile, como o Brasil, resolveu o problema da quantidade (conseguiu universalizar o acesso ao ensino básico), mas não o da qualidade: 40% dos alunos deixam o ensino fundamental sem entender o que leem (como no Brasil).

Vale o mesmo raciocínio para a universidade. No modelo chileno, o Estado praticamente afastou-se do ensino superior, limitando-se a financiar as escolas privadas para que aceitem o maior número possível de alunos.

Em consequência, a metade praticamente dos jovens em idade universitária está na escola superior, índice melhor do que o de quase todos os vizinhos.

Mas a legislação é frouxa no que tange ao controle da qualidade do ensino (como no Brasil).

Pior: o custo é o mais elevado da América Latina, o triplo do italiano, 19 vezes

maior do que o francês, conforme os dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o que levou o endividamento (do estudante e de sua família, avalista do débito durante a graduação) a um ponto insuportável e empurrou a moçada para a rua.

Em um país em que o salário médio (não o mínimo) equivale a R\$ 1.755, os jovens desembolsam entre R\$ 580 e R\$ 1.370 mensais conforme o curso escolhido.

Consequência inescapável: 70% dos estudantes estão endividados e 65% dos mais pobres interrompem os estudos sufocados por problemas financeiros insuperáveis.

Os custos levam ainda à reprodução, no acesso à universidade, da desigualdade que existe no conjunto da sociedade (como no Brasil, aliás): entre os 10% mais pobres, só 16% conseguem chegar ao ensino superior, ao passo que, nos 10% mais ricos, a taxa é de 61%.

Tudo somado, fica evidente que a América Latina tem um nó formidável na educação, posto que há deficiências colossais nos dois modelos (o público gratuito do Brasil, complementado por proliferação descontrolada do ensino privado, e a escola privada financiada pelo Estado, como no Chile, também com setor estritamente privado igualmente sem controle de qualidade).

O que surpreende, pois, não é que os jovens chilenos ganhem a rua, mas que os brasileiros só o façam para reivindicar meia entrada.

## Clipping

**CNTE**

### Falta de dados sobre uso de verba para educação dificulta ações como construção de creches

- ✦ Data: 30/08/2011
- ✦ Veículo: O GLOBO ONLINE
- ✦ Editoria:
- ✦ Jornalista(s): Alessandra Duarte (duarte@oglobo.com.br) e Carolina Benevides (carolina.benevides@oglobo.com.br)
- ✦ Assunto principal: FNDE  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Tamanho da fonte  

Alessandra Duarte (duarte@oglobo.com.br) e Carolina Benevides (carolina.benevides@oglobo.com.br) RIO - Do dinheiro que vai para creches e transporte escolar ao déficit de professores, a falta de informação do poder público no Brasil - tema de uma série que O GLOBO publica desde domingo - atinge também a educação. O país não sabe quantos professores faltam em quais regiões e para quais disciplinas. É um dos principais fundos de recurso federal para o setor, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - que só em 2010 movimentou R\$ 2 bilhões, repassados a prefeituras para ações como aquisição de ônibus escolares e creches -, até hoje não foi incluído no Portal dos Convênios (Siconv), sistema que justamente centraliza os dados de controle de repasses federais via convênios. No caso das creches, do programa Proinfância, de 2007, só um terço delas ficou pronto até hoje. **vídeo:EM MINAS: Descontrole sobre verba de programa prejudica população** A ampliação do número de creches, uma das promessas de campanha da presidente Dilma Rousseff, demora a avançar por conta do acompanhamento deficiente do Proinfância. Um balanço do Ministério da Educação (MEC) de julho deste ano mostra que apenas 328 creches foram concluídas - um terço dos 1.021 convênios para creches realizados em 2007 e 2008. Se forem consideradas as creches conveniadas até 2010 - 2.349 -, o total de concluídas não passa de um quinto. Só até junho de 2008, já tinham sido pagos cerca de R\$ 76 milhões pelo FNDE para as prefeituras. Apenas em julho deste ano, o governo federal repassou outros R\$ 82,5 milhões, a 266 municípios no país. E há a promessa de mais dinheiro: em março, Dilma prometeu em evento com prefeitos a liberação de R\$ 800 milhões para a construção de novas creches. - Temos grande déficit de vagas. O Censo 2009 mostrou que o Brasil tinha 12,4 milhões de crianças de 0 a 3 anos. Dessas, só 1,2 milhão estava matriculada em creche - diz Denise Cesário, gerente-executiva de Programas e Projetos da Fundação Abrinq. - Se o país tem esse programa, e entende que temos que garantir educação básica de qualidade, é absolutamente necessário que haja controle e fiscalização. Para órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU), o acompanhamento dos repasses para as prefeituras poderia ter mais informação e regularidade caso o FNDE já fizesse parte do Siconv. Hoje, o controle é por um sistema do próprio ministério, o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec). Outra lacuna no controle de verba federal para educação está no fato de que a verba de outro fundo, o Fundeb, vai para as prefeituras segundo o número de alunos de cada cidade - e aí a prefeitura poderia "aumentar" esse número para receber mais verba. o MEC diz que 1.215 obras de creches estão em execução atualmente. Outras 87 estão paralisadas, por motivos como "a construtora abandona a obra" ou "a prefeitura demora a solicitar

aditamento (recursos adicionais) de convênio". Ainda segundo o MEC, o acompanhamento é feito também por vistorias: "da prefeitura, a cada 60 dias, e até três vistorias pelo FNDE". Segundo o MEC, "o FNDE e o Ministério do Planejamento/Serpro estão tomando todas as medidas necessárias para a efetiva integração (do FNDE) ao Siconv. Entretanto, até o momento não foi concluída por fatores técnicos". Há casos de dinheiro repassado ao município sem que a creche tenha sido construída. Em 1º de julho de 2008, o governo depositou R\$ 700 mil na conta da prefeitura de Belford Roxo, Baixada Fluminense, mas a unidade no Jardim Silvânia não existe. Em Nova Iguaçu, outro município da Baixada que até agora não teve a creche concluída, a população sofre com a falta do serviço. Maria Leandro da Silva, moradora do bairro Vila de Cava, não consegue vaga para a neta Ana Caroline, de 2 anos:- Aqui na região só tem uma creche. Você pode colocar o nome da criança e esperar. Santa Cruz e Vargem Pequena, Zona Oeste do Rio, também são locais para os quais o Proinfância destinou verba. Em Vargem Pequena, onde deveria estar a creche há um terreno vazio. - Aqui a gente tem duas creches municipais, mas que não dão conta da quantidade de criança. Você pode levar um ano para conseguir vaga lá. Vai da sorte da criança - conta a moradora Geni de Moraes. A Secretaria municipal de Educação do Rio diz que, apesar de o convênio com o governo federal ter sido assinado em dezembro de 2009, "os recursos do programa só foram liberados para o município em 15 de março de 2011". A secretaria informou também que, por conta disso, teve de ser feita uma renegociação do convênio, para adequá-lo "à construção das creches no padrão próprio da prefeitura, inclusive com troca de alguns bairros atendidos, uma vez que aqueles inicialmente identificados já foram utilizados ou já têm projeto para a área". Mas os problemas não se limitam ao Estado do Rio. Às vezes, em vez de um terreno baldio, o local previsto para a creche do Proinfância vira uma invasão - em vias até de ser regularizada pela prefeitura. Foi o que ocorreu em Paraíso do Tocantins (TO), afirma o TCU: no acórdão 3.346/2011, o tribunal relata que "no final de 2008, iniciara uma invasão nas proximidades da área pública onde iniciaria a construção da creche, sendo que a municipalidade, na gestão do anterior prefeito, tentou conter a todo custo a invasão (...). Porém, o atual gestor, com promessas de campanha, se comprometeu a regularizar a invasão, doando lotes para os invasores da área pública". O déficit de professores nos ensinos fundamental e médio é apontado por especialistas como obstáculo central para o desenvolvimento de educação de qualidade. O problema poderia começar a ser resolvido se o governo soubesse, ao menos, de quanto é exatamente esse déficit. O que há são estimativas, inclusive sobre em quais disciplinas faltam mais docentes - matemática, física e química. Entidades do setor, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, também não sabem o total do déficit.- Estudo para dar uma aula razoável de física. Preferia ser professor só de matemática, porque a minha melhor aula de física não chega perto da pior de matemática. Mas a escola não tinha professor, então assumi duas turmas - conta Vladimir Lisboa, professor da escola estadual General Ladário, em Belford Roxo, que desde 2007 se reveza nas duas disciplinas.

## Clipping

**CNTE**

### "O tablet vai resolver a falta de qualificação"

• Data: 28/08/2011  
• Veículo: ISTO É DINHEIRO  
• Editoria: ENTREVISTA  
• Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Tamanho da fonte  

O empresário Chaim Zaher, presidente do maior grupo de ensino básico do País, tem pela frente a maior missão de seus quase 40 anos de carreira na área da educação: substituir os livros pelos tablets.

Por Hugo CILO

O empresário Chaim Zaher, presidente do maior grupo de ensino básico do País, o Sistema Educacional Brasileiro (SEB), com faturamento anual de meio bilhão de reais, que controla as redes COC, Pueri Domus e Dom Bosco, tem pela frente a maior missão de seus quase 40 anos de carreira na área da educação: substituir os livros pelos tablets. Só neste ano, ele vai distribuir 20 mil aparelhos em suas escolas, e pretende atingir a marca de 100 mil unidades até 2013, nem que para isso tenha de fabricar seus próprios equipamentos eletrônicos. O desafio é grande. O mercado editorial escolar brasileiro movimenta mais de US\$ 2 bilhões por ano e tem como aliado o alto custo de aquisição de tablets no Brasil. Mesmo assim, Zaher se diz confiante. "O Brasil será, em três anos, o País mais moderno e digitalizado no ensino", disse o empresário, em entrevista à DINHEIRO.

DINHEIRO - Apostar na popularização do tablet no País não é algo muito arriscado? Não há o risco de que seja um modismo, que pode cair em desuso em breve?

Chaim ZAHER - De forma alguma. O processo de aquisição do conhecimento sofreu um ciclo de evolução ao longo dos últimos anos. O professor passou cada vez mais a ter papel de mediador e menos de doador do conhecimento. Com isso, há uma clara evolução das gerações. Hoje, a forma de receber conteúdo é bastante diferente daquela que tínhamos no passado. O jovem é muito mais rápido, muito mais integrado às novas tecnologias. Ou seja, tem uma forma diferente de receber e processar o conhecimento, bem diferente das gerações que precisavam de livros impressos, carteiras e lousas para aprender. Isso mudou. As sinapses ocorrem de forma diferente na mente das novas gerações. Então, é impossível acreditar no fracasso do tablet.

DINHEIRO - Várias tentativas de usar computadores em sala de aula criaram mais problemas do que soluções. Como explorar o potencial do ensino digital sem deixar o aluno se dispersar?

ZAHER - A tecnologia serve para facilitar a vida do docente e do aluno. Deixar a relação mais fluida, mais tranquila, mais serena. Hoje estamos usando lousas eletrônicas. O conteúdo já aparece concomitantemente nos tablets. Ou seja, os alunos com tablets em mãos já conseguem acompanhar a aula. Além disso, já

existem sistemas que impedem o eventual uso indevido do equipamento durante a aula.

DINHEIRO - Esse é o fim do livro didático?

ZAHER - O material impresso não acabará de repente, mas com certeza vai diminuir consideravelmente, a ponto de estar completamente ausente das salas de aula daqui a três anos. As escolas mais atualizadas não têm por que colocar nas costas do aluno aquele mochilão pesado. Os livros de literatura estão disponíveis em versões digitais e os materiais didáticos estão prontos para serem usados em computadores e tablets.

DINHEIRO - Esse movimento é liderado pelos grupos privados ou é uma tendência também no ensino público?

ZAHER - O próprio MEC está atento a esse movimento. Afinal, já não é preciso criar um espaço com 500 mil livros e chamar de biblioteca. O aluno acessa, lê o livro onde quer, como quiser. O tablet vem exatamente para isso. Ali a gente coloca toda a teoria, e pronto.

DINHEIRO - O Brasil está avançado nesse campo da tecnologia nas salas de aula?

ZAHER - Na América Latina, o Brasil, provavelmente, está liderando. O Chile, por exemplo, já tem um computador para cada aluno, mas não utiliza essa ferramenta plenamente. O método de ensino deles está mais defasado. Os chilenos estão apenas informatizados, mas não inseridos nessa revolução digital. Computador sem conteúdo se transforma em uma máquina de jogos para brincar.

DINHEIRO - O governo pode liderar essa transformação ou depende mais das empresas privadas?

ZAHER - O governo pode sim, desde que tenha boa vontade. Só a Ásia está à frente do Brasil em relação ao uso de tablets nas salas de aula. Os Estados Unidos estão muito defasados ainda, mesmo tendo a Apple e várias outras empresas interessadas em investir nessa alternativa. A Europa, meu Deus, é um exagero. Só tem aquela "coisarada" velha nas salas de aula - livros, estantes, carteiras, giz de cera. Alunos em sala de aula, no interior do Maranhão

DINHEIRO - Tablet também reduz custos?

ZAHER - O foco não é na redução de custo, mas na facilidade do aprendizado e na possibilidade de atualizar o material didático sem a necessidade de reimpressão, como ocorre com os livros. Há livro didático utilizado nas escolas com o mesmo conteúdo elaborado há 30 anos. Muitos deles ainda explicam como Saddam Hussein chegou ao poder. Com a tecnologia, a gente consegue levar hoje para a sala de aula o que aconteceu ontem com um ministro ou com a bolsa de valores. Então, não é possível alguém dizer que livro é melhor do que tablet como instrumento de ensino.

DINHEIRO - Antes de digitalizar o ensino, o Brasil não precisa melhorar o nível educacional, ainda muito baixo em relação aos outros países em desenvolvimento?

ZAHER - Temos de separar a resposta em duas partes. Nos Estados Unidos, o aluno escolhe as disciplinas que quer receber durante o curso. Ele estuda a matéria que escolher. Com isso, se você colocar um brasileiro para fazer um teste de matemática com um americano, verá que somos melhores. Aqui temos matérias obrigatórias. Essa é a primeira parte. A segunda, é não comparar o Brasil com a Ásia. De forma geral, em termos tecnológicos, não podemos brigar com uma Coreia do Sul ou Japão, por exemplo. O governo coreano já decretou que, em três anos, não haverá livros nas salas de aula. Só tablets. Outros países vão seguir isso.

DINHEIRO - Quando o Brasil vai decolar?

ZAHER - Falta, principalmente, uma banda larga de qualidade. Isso pode comprometer o futuro da tecnologia nas salas de aula. Escolas públicas e privadas devem, obrigatoriamente, oferecer banda larga aos seus alunos. Não se trata de luxo, é essencial. Além disso, é fundamental ter consciência de que, ao melhorar a qualidade de ensino com os conteúdos digitais, o tablet vai resolver o problema da falta de qualificação no Brasil. Alunos preparados significam mão de obra qualificada.

DINHEIRO - O governo pensa assim?

ZAHER - O ministro da Educação, Fernando Haddad, é um grande entusiasta do uso de tecnologia nas salas de aula. Ele mesmo já falou que o sistema público de ensino passará a utilizar bibliotecas virtuais.

DINHEIRO - Como fazer isso?

ZAHER - Se o governo comprar tablets, em troca de incentivos fiscais, o ensino público do Brasil será um dos melhores do mundo. O governo já gasta demais com livros. É só trocar o livro pelos equipamentos eletrônicos. Além de reduzir as despesas, vai evitar um monte de problemas com a impressão desse material didático. Qualquer erro pode ser facilmente atualizado e corrigido em todos os tablets no Brasil. Basta fazer as contas para concluir que o País tem tudo para avançar sem grandes investimentos. Aula digital em escola-modelo na Holanda

DINHEIRO - Isso é projeto com data marcada ou apenas mais uma boa intenção?

ZAHER - Isso é muito mais real do que apenas uma intenção. Como existe, no Brasil, um grande potencial para produzir tablets, e há também empresas nacionais e estrangeiras interessadas em fabricar aqui, o governo pode negociar com essas empresas e ter preços diferenciados. Se negociar bem, o governo pagará por um tablet menos do que para imprimir livros.



DINHEIRO - Existem empresas privadas interessadas em patrocinar essa digitalização do ensino. Pode ajudar?

ZAHER - Isso não adianta em nada porque cria ilhas de ensino, sem uniformidade. Para dar certo, a iniciativa deve partir do governo, levando a tecnologia a todas as partes do País e democratizando o acesso à educação.

DINHEIRO - Como imaginar tablets em escolas do Maranhão e do Piauí, por exemplo, se não há sequer telefone, internet ou eletricidade? Em algumas regiões falta até sala de aula.

ZAHER - Se não houver infraestrutura, não vai funcionar. A inclusão da tecnologia dentro do ensino público deve ocorrer em paralelo a uma profunda reforma da estrutura educacional.

DINHEIRO - A tecnologia ajuda mais na aula presencial ou no ensino a distância?

ZAHER - Existem muitas faculdades que estão utilizando tablets. Para as nossas aulas de ensino a distância, que chamamos de EAD, nossa meta é distribuir até cerca de 50 mil tablets até 2013. Em 2011, distribuimos 20 mil. Em quatro anos, nossos 100 mil alunos estarão com um tablet nas mãos.

DINHEIRO - Qual será o investimento?

ZAHER - No primeiro lote de 20 mil tablets investimos aproximadamente US\$ 15 milhões. Compramos de uma empresa francesa, que produz na China. Para atingir 100 mil tablets, o investimento deve superar US\$ 75 milhões. Agora, se no Brasil houver produção de componentes, podemos comprar ainda mais com o mesmo valor. Trazer da China é difícil. A importação é muito demorada e complexa.

DINHEIRO - Se importar é difícil, por que não comprar no Brasil?

ZAHER - É o que pretendemos fazer. Dizem que com essa Lei do Bem haverá cinco fabricantes de tablets. Mas se não houver, nós mesmos poderemos fabricá-los. No passado, fizemos isso com lousas. Por que não? Se, em última hipótese, a gente tiver dificuldade em importar ou comprar aqui mesmo, vamos produzir os nossos. Não tem mais volta.

DINHEIRO - Não está demorando demais para o tablet decolar no Brasil?

ZAHER - Está, porque ainda não há muitos tablets nas mãos dos consumidores. Daqui a dois anos, tenho absoluta certeza, tablet vai ser uma febre nacional, como foi o iPhone. O Brasil tem tudo para virar o jogo, em três anos. Lá por 2014, o País será mais moderno e digitalizado no ensino. Na hora em que as escolas privadas começarem a dar tablets aos alunos, e se isso ocorrer de forma efetiva nas escolas públicas, ninguém mais segura, meu amigo.

## Clipping

**CNTE**

### Entrevista com Antonio Bittencourt Filho, Secretário de políticas educacionais da UGT

- Data: 30/08/2011
- Veículo: MUNDO SINDICAL
- Editoria:
- Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação e o estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação", são os objetivos do Plano Nacional de Educação.

Nos dias 18 e 19 do corrente mês o senhor representou a UGT em um encontro promovido pelo MEC. Quais os temas tratados e quais os desdobramentos?

Participamos da reunião do Fórum Nacional de Educação, em Brasília, oportunidade em que se discutiu as emendas apresentadas pela sociedade ao projeto de PNE. Referidas emendas foram apresentadas na reunião já estratificadas anteriormente em grupos de "emendas analisadas pelo PNE", emendas "recomendadas para incorporação" e emendas "não recomendadas para incorporar". Todos os seis eixos aprovados pela CONAE foram comparados com as emendas que passaram pelo crivo anterior e deliberados em reunião.

Como estão os encaminhamentos destas discussões junto ao Congresso Nacional?

O ministro da Educação, Fernando Haddad, defende a aprovação, até o fim do ano do Plano Nacional de Educação (PNE), o qual estabelece as diretrizes e metas para a educação brasileira nos próximos dez anos. O projeto recebeu mais de três mil emendas, que o ministro considera redundantes. "O PNE é um plano enxuto, que permite à sociedade acompanhar o dia a dia da evolução das metas", afirmou Haddad, em entrevista. Entre as diretrizes do PNE estão a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação e o estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação proporcionalmente ao crescimento do produto interno bruto brasileiro.

O que se pode esperar do novo Plano?

O texto do projeto de lei nº 8035/10, em tramitação no Congresso Nacional, reflete um esforço hercúleo do MEC, por meio das Comissões integradas por representantes da sociedade, no sentido de adequar a educação nacional as exigências constitucionais. Entretanto, convém lembrar que este mesmo trabalho, imbuído das mesmas intenções foi objeto da lei 9394, de 20/12/96, sendo que, passados 15 anos, a prática revelou que seus objetivos não foram atingidos, especialmente aqueles decorrentes das obrigações do estado. Com isso a educação não foi universalizada, os padrões de qualidade não foram atingidos, os professores não foram valorizados. Enfim tivemos 15 anos de colapso de

educação no país.

O que o senhor quer dizer com obrigações de Estado?

A UGT entende que a legislação brasileira, tanto a constitucional, quanto a infraconstitucional atribui regras perfeitas para a prática da educação que todos queremos, e ainda centraliza no estado o dever da prestação do serviço educacional. Eis a lapidar definição do artigo 205 da nossa Carta Magna: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" Por este artigo o Estado ficou nomeado como responsável maior do dever desta prestação social. E, neste sentido, a lei 9394, bem como as leis posteriores a ela agregadas, são unânimes em conferir a responsabilidade maior pela educação ao Estado ou seja a união e aos entes federados Conclui-se, portanto, que o problema da educação no Brasil não reside em falhas da legislação ou do arcabouço jurídico pertinente, mas sim no desrespeito ao seu cumprimento por parte dos entes públicos responsáveis.

Quais as alternativas para quebrar este ciclo de fracassos?

Entendemos ser hora para resgatar projetos em tramitação no Congresso Nacional que tratam da responsabilidade educacional, como o PL 247/2007, PL 600/2007, PL 1680/2007, PL 8039/2010, PL 413/2011 dentre outros. Referidos projetos, uma vez atualizados e adaptados as diretrizes e metas do novo Plano Nacional de Educação, poderiam convergir para a elaboração de uma lei própria, autônoma e articulada como referência ao conjunto normativo da educação. Teria o propósito de reunir num só instrumento todos os responsáveis e as responsabilidades dos entes federativos e estabelecer um ordenamento periódico para a educação no país, a exemplo do que disciplina a lei de Responsabilidade Fiscal no âmbito das finanças públicas.

Como os professores vêem todo esta discussão?

Com referência as discussões sobre o conteúdo do PL 8035, cabe a firme posição da UGT no sentido de que o mesmo dispensa pouca atenção aos executores do plano, ou seja: aos profissionais da educação a dignidade da profissão tão cantada em verso e prosa não alimenta mais os sonhos dos professores. Recentemente foi realizado um seminário versando sobre o tema: "Profissional da educação: Qual o seu futuro?", e os resultados do Encontro demonstraram que os jovens não tem mais atrativos pela carreira. Seja pelos baixos salários, seja pelas condições precárias de trabalho ou ainda pela comparação com outras carreiras mais promissoras. Outro ponto importante diz respeito ao tratamento dado pelo projeto de lei a educação privada. Todos admitem que grande parcela dos serviços educacionais é prestado pelas escolas privadas em todo os níveis, sendo que no ensino superior estas são responsáveis por 80% das matrículas. Ora, se não se estabelecer no PNE regras claras para o funcionamento deste setor, a garantia da qualidade de ensino estará prejudicada. Lembre-se que os gestores da educação privada são empresários e como tais visam o lucro como primeiro objetivo, em detrimento das condições do trabalho,

dos salários e, por conseqüência, da própria qualidade de ensino. De acordo com sindicatos filiados a UGT que militam na rede privada de ensino o Plano se ocupa com a educação pública. Na seara da educação privada as diretrizes não estão claras, principalmente no que tange a valorização dos profissionais da educação. Nesta direção é propósito da UGT propor ao parlamento emendas que supram o conteúdo do PNE.

Qual o suporte financeiro que o governo se propõe para custear a aplicação do PNE?

É outro ponto a ser considerado, pois a execução do PNE 2011/2020 para garantir a efetividade da "garantia de condições para o acesso a permanência na escola" e o "padrões de qualidade", preciso ter lastro numa rubrica dinâmica da arrecadação da União, como por exemplo o imposto de renda. No entanto, a proposta é de se vincular o financiamento da educação a um determinado percentual do PIB, cogitado em torno de 7%. Neste sentido, um investimento de 7% do PIB em educação pública, durante 10 anos, com certeza não garantirá o alcance dos objetivos básicos do Plano ou seja: o acesso e a qualidade, considerações pressupostos básicos para o de exercício ao direito a educação.